



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B2

Data: 08/11/2012

Funcionários da Santa Maria não estão indo trabalhar

Motivo do “boicote” é o não recebimento de salário há dois meses

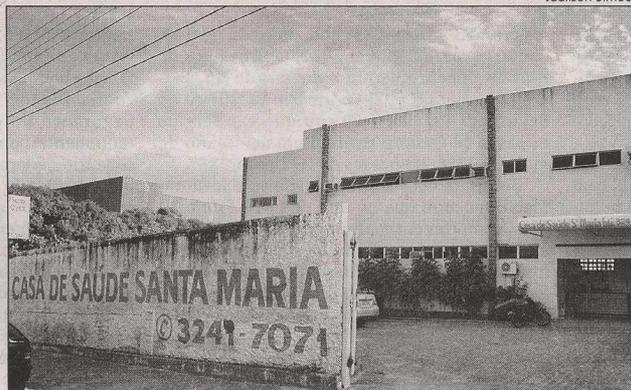
Wilson Melo
DA EQUIPE JC

Funcionários da Casa de Saúde Santa Maria estão sem receber seus salários há mais de dois meses. A situação está provocando a revolta dos funcionários que não estão querendo exercer suas funções até que o pagamento seja normalizado. Segundo a enfermeira Suzana Valois, o motivo do atraso no pagamento é a falta de repasse, pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), referente às diárias dos pacientes que são encaminhados através do sistema público de saúde. O montante da dívida é de R\$ 450 mil.

Sergipe não dispõe de uma instituição de tratamento para pacientes com transtornos mentais. Desse modo, tanto o governo estadual quanto o municipal firmaram contrato com a clínica São Marcelo e a Casa de Saúde Santa Maria para a realização desse serviço. “A triagem dos pacientes é feita no Hospital São José e eles encaminham para cá, mas a verba para o tratamento deles não é repassada. Não sei o que é que acontece que eles não encaminham o dinheiro. Porque recurso tem, o município que não quer pagar”, afirmou Suzana Valois.

A casa de saúde possui 110 pacientes internados e uma equipe de 100 funcionários. “Nós estamos sem receber dinheiro há dois meses novamente. Alguns dos nossos funcionários estão sem ter o que comer em casa. Isso é um absurdo. Na última segunda-feira o plantão todo da nutrição não veio trabalhar. Tirei o jaleco, coloquei uma touca e tive que ir para a cozinha com outros funcionários para poder fazer o café da manhã e o almoço dos nossos pacientes”, disse a enfermeira.

Suzana explica que a falta dos funcionários está sobrecarregando aqueles que comparecem ao serviço. “Temos a



Jadilson Simões

A CLÍNICA Santa Maria tem passado por situação difícil durante 2012

ala masculina e a ala feminina de pacientes com transtornos mentais, e nenhum dos quatro funcionários veio trabalhar. Temos uma escala de oito funcionários trabalhando por turno e a média de frequência está sendo de três funcionários para cada horário. Estou tendo que dar medicação e comida, além de gerenciar o setor de enfermagem da clínica”, declarou.

O pedreiro Cosme Pereira lamenta a situação que está passando sem receber seu salário. “Desde setembro que a gente não recebe. Minha família está vivendo do milagre de Deus, porque temos aluguel e contas a pagar. Recebi R\$ 40 para pagar a passagem para vir trabalhar, mas usei pra comprar comida, e estou vindo a pé. Essa situação é muito triste”, afirmou Cosme.

Em nota, a Assessoria de Comunicação informou que a Secretaria Municipal de Saúde vem efetuando os repasses de forma regular à Clínica Santa Maria, e que pela recusa da empresa, em formalizar contrato para prestação de serviço para leitos psiquiátricos, a SMS se vê obrigada a instaurar procedimento administrativo para reconhecimento do crédito em favor da clínica, toda vez que essa lhe encaminha

a fatura de prestação de serviço. “Só após a realização desse procedimento administrativo, é que a Secretaria pode empenhar e realizar o pagamento a título de indenização, sem prejuízo de apuração de responsabilidade pela descoberta contratual nos referidos serviços. Na modalidade, a pontualidade nos repasses fica comprometida, um processo de indenização gera uma burocracia natural. Sem um instrumento contrato, fica impossibilitada a realização prévia do empenho e, por conseguinte, a definição prévia de data para pagamento”, informou.

Ministério Público

Desde Março de 2012 que o Ministério Público do Estado (MPE) ajuizou uma ação civil pública contra o Estado de Sergipe e o município de Aracaju, para que fossem disponibilizados leitos psiquiátricos para pacientes com transtorno mental. “Foi concedida uma medida liminar, mas até a presente data não houve o cumprimento efetivo. Ou seja, no caso específico da Casa de Saúde Santa Maria, o município continua mandando pacientes, pois não tem para onde mandar. Esses pacientes não são típicos de residência terapêutica, nem

pacientes do Capes. Então, existem pacientes que necessitam do leito psiquiátrico, como não houve a renovação do contrato, os repasses estão sendo feitos através do serviço de indenização do município que chegam com atraso e uma quantia insuficiente para que seja gerido aquele serviço” explicou a promotora do Direito à Saúde, **Euza Missano**.

A promotora disse também que o MPE já apresentou duas petições no poder judiciário solicitando a intimação do secretário de Estado da Saúde e da secretaria municipal de Saúde para que em 72h promovam cumprimento efetivo da liminar para o pagamento da dívida ou que justifiquem o impedimento do mesmo. “Hoje, estamos entrando com um pedido de bloqueio de verba do município para que haja o pagamento efetivo das despesas referentes aos pacientes que estão internados na Casa de Saúde Santa Maria. Já que não há contrato, tem que ser feito o repasse para que os pacientes não fiquem desassistidos. A nossa preocupação é que os pacientes que não podem ficar sem uma alimentação adequada, sem seus medicamentos e sem o aporte psiquiátrico”, informou Euza Missano.